



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

v 10 | n 18 | jan-jun 2021

As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique

Maria Paula Meneses



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

MENESES, Maria Paula. As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 108-128, jan-jun 2021. Semestral.

© NAUI

As estátuas também se abatem: momentos da descolonização em Moçambique¹

Maria Paula Meneses²

Resumo

A toponímia e os monumentos públicos constituíram a expressão simbólica da afirmação do poder colonial. A partir de finais do séc. XIX, as memórias e identidades coloniais foram inscritas em Lourenço Marques (atual Maputo) pela administração portuguesa. Com a transição para a independência, as referências coloniais e as estruturas de poder que procuravam afirmar foram desafiadas quando as estátuas foram removidas da cidade e a toponímia sofreu profundas alterações. Partindo do estudo das alterações feitas na atual Praça da Independência, incluindo a mudança de topónimos e a alteração de várias infraestruturas, este artigo procura analisar os projetos políticos que dinamizaram a descolonização da paisagem monumental da praça, sinal da mudança epistémica que se anunciava.

Palavras-chave: Monumentos públicos; descolonização; Sul global

Abstract

Toponymy and public monuments constituted the symbolic expression of colonial power. From mid XIX century, colonial memories and identities were inscribed in colonial Lourenço Marques (now Maputo) by the Portuguese administration. With the transition to independence, colonial references and the power structures they sought to assert were challenged by new political visions, with the statues being removed from the city and the toponymy undergoing profound changes. Based on the study of the modifications in current Praça da Independência [Independence square], including the analysis of the alteration of various infrastructures, this

¹ Agradeço aos dois revisores anónimos por todos os valiosos comentários e pelas críticas que contribuíram para afinar o argumento. Um agradecimento à Margarida Gomes pela leitura crítica do texto. Finalmente, uma palavra de agradecimento a Paulo Raposo, cujo desafio está na origem deste artigo.

² Moçambicana, é investigadora principal do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, tendo participado em vários projetos de investigação que estudam as características da política colonial moderna na zona austral do continente africano, com enfoque em Moçambique e Angola. Email: menesesp@fe.uc.pt; menesesp@ces.uc.pt.

article seeks to interpret the political projects that spurred the decolonization of the square's monumental landscape, a sign of the announced epistemic change.

Keywords: Public monuments; decolonization; Global South

Introdução

Nos últimos anos, vários episódios de desmonumentalização³ de heranças coloniais têm suscitado importantes debates sobre a descolonização da história gravada nos espaços públicos. A exigência da remoção de monumentos, e a reclamação por alterações na toponímia, que têm marcado, nos últimos anos, a pauta reivindicativa de movimentos como #RhodesMustFall⁴ ou #BlackLivesMatter,⁵ ilustram a dor e a ira face a uma ainda forte presença pública da herança colonial. Estes protestos, ao questionar as narrativas gravadas na pedra e no metal, dão continuidade a um processo iniciado nas transições para as independências após a II Guerra Mundial, na Ásia e em África. No centro destas lutas está a exigência da descolonização, incluindo tópicos como desigualdades raciais, injustiças cognitivas, alternativas aos regimes coloniais-capitalistas etc.

Este artigo procura desenvolver uma abordagem crítica aos monumentos e à toponímia colonial, buscando contextualizar as razões culturais e políticas que moldaram as alterações com os processos políticos que levaram às independências, com enfoque na realidade de Moçambique. Esta análise, que inclui uma leitura cuidadosa dos jornais e revistas publicados em Moçambique, materiais de arquivo, legislação e documentação secundária, permite compreender como o processo se desenvolveu.

A nomeação de lugares e a instalação de monumentos em espaços públicos, pela sua dimensão simbólica, suscitam emoções individuais e coletivas. A moderna ocupação colonial

³ Tomo de empréstimo esta noção de Boaventura de Sousa Santos (2019, p. 15), como um desafio dos saberes e experiências do Sul global a qualquer proposta monocultural que se procura universalizar.

⁴ O movimento que ficou conhecido como #RhodesMustFall, iniciou-se em 2015. Na sua origem esteve uma ação de protesto, na Universidade da Cidade do Cabo (África do Sul), apelando, mais de duas décadas desde o fim do apartheid, à remoção de um monumento de Cecil Rhodes, um acérrimo defensor e promotor da ação imperial europeia. Este movimento, que rapidamente encontrou eco no mundo, adquiriu uma dimensão mais ampla, de luta pela descolonização da educação (NYAMNJOH, 2016).

⁵ Desde 2013 que este movimento, com origem na comunidade negra norte-americana, tem desenvolvido ações de protestos denunciando a morte de negros às mãos da polícia, assim como em torno a questões mais amplas de discriminação racial e brutalidade policial. Este movimento esteve na origem da remoção 'popular' e pichação de monumentos associados a episódios de história imperial (GROVIER, 2020).

do subcontinente africano, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX, operou-se, também, pela ocupação simbólica do espaço, com a atribuição de nomes (principalmente) europeus, parte de um processo mais amplo de apropriação das terras, intimamente associado à (re)criação de uma paisagem identificada com as metrópoles coloniais (CARTER, 1987). Desde finais do séc. XIX que, pela nomeação de lugares e pela edificação de estátuas em espaços públicos, se processou, no território que representava Moçambique colonial, uma ocupação epistêmica do espaço. Esta ocupação não só procurava legitimar a narrativa de que o ‘espaço estava livre’, como também buscava implantar uma nova narrativa histórica, glorificadora da missão colonizadora de Portugal (MENESES, 2013).

Em Moçambique, que foi colônia portuguesa até junho de 1975, o processo de desmonumentalização dos referentes coloniais no espaço público teve características próprias, que importa conhecer. Talvez uma das especificidades menos conhecidas tenha sido a desmonumentalização dos referentes epistêmicos que impunham a marca do projeto colonial-fascista português ainda em maio de 1974. Um mês volvido após o golpe de estado do 25 de Abril, a estátua de Salazar, figura de referência do regime, e que ocupava o pátio frontal do liceu com o mesmo nome, na então cidade capital colonial, Lourenço Marques.⁶ Neste artigo, a análise da ocupação colonial do espaço público incide sobre vários momentos: o que aconteceu no passado, e as lições do processo de descolonização, num diálogo com os debates presentes, fundamentais para compreender a complexidade dos processos de (re)apropriação do espaço público, momento importante da luta pela autodeterminação. Com enfoque nas alterações arquitetônicas e as renomeações que transformaram a atual Praça da Independência da cidade capital, no centro deste artigo está a análise de uma faceta menos explorada do processo de descolonização em Moçambique: o processo de remoção de estátuas como forma de reapropriação do território parte de uma luta mais ampla pela autodeterminação enquanto autodefinição histórica. Abordando o retrabalhar da paisagem da praça como um texto, as transições políticas expressas nas alterações realizadas fornecem oportunidade para estudar algumas das camadas de ‘acréscimo simbólico’ ao lugar, num intervalo condensado de tempo e espaço.

⁶ Atual Maputo, capital de Moçambique. Sobre o processo de mudança de nome da capital moçambicana veja-se CASTELA e MENESES (2015).

Num mundo que clama por uma descolonização profunda, é alterar a condição de externalidade a que muitos intelectuais africanos continuam sujeitos, quando as suas interpretações críticas da história contemporânea são aceites pelos académicos do Norte global como sendo de valor local na compreensão das lutas contemporâneas de descolonização. Este artigo insere-se num debate mais alargado do processo de luta pela autodeterminação como reapropriação de uma memória seccionada pela colonização moderna: por um lado, interroga a razão de ser de vários monumentos, identificados com o passado colonial; por outro lado examina como, com as independências africanas, ao longo do século XX, ocorreram mudanças que permitiram, em vários países, a reapropriação do espaço, físico e simbólico.⁷ Estas iniciativas do Sul poderão ser exemplo de possíveis caminhos para democratizar a narrativa histórica exibida no espaço público.

(Re)nomear: a construção colonial dos lugares

A colonização, enquanto sistema de negação da dignidade humana, simboliza um imenso espaço-tempo de violência, opressão e luta, aquilo que hoje é designado de Sul global (SANTOS e MENESES, 2020). Este sistema continua a estruturar as relações de poder-saber, ao negar, subverter, reinventar, apropriar e substituir qualquer interpretação considerada um obstáculo à agenda da dominação (EKEH, 1975, p. 103). Em suma, um projeto epistémico e ontológico que cria silêncios ruidosos na história e perpetua a opressão – ao invés de libertar a complexidade histórica.

A conquista dos territórios, um eixo central da ocupação colonial ultramarina moderna aconteceu não apenas pela força das armas, mas também pela ocupação epistémica dos espaços, renomeados em função de referências oriundas das metrópoles. Esta tentativa de dominação das culturas e mentes dos africanos criou a falsa ideia de que a metrópole colonial como fonte de saber, enquanto as colônias eram, na essência, os espaços vazios de saber, a ser ensinados. A tentativa de imposição de uma forma única de experimentar e refletir o mundo é um dos vetores que marca ainda a atuação política da modernidade eurocêntrica (THIONG'O, 1993). A objetificação dos sujeitos africanos, o não reconhecimento de sua humanidade está na base da imposição de uma linha abissal colonial, que exclui sujeitos, teorizações e saberes africanos

⁷ A realidade moçambicana possui traços específicos, distintos dos vividos nos territórios vizinhos da África austral. Sobre o contexto sul-africano veja-se NDLETYANA e WEBB (2017) sobre o Zimbábue, SNODIA, TASARA e NICHOLAS (2010) e sobre o Quênia, LARSEN (2012).

de qualquer narrativa histórica de alcance ‘universal’ (SANTOS, 2016, p. 20-21). Como resultado, os sujeitos africanos passaram a ser ‘traduzidos’ para as bibliotecas coloniais a partir das referências eurocêntricas, que os situam continuamente nas antípodas do progresso e do desenvolvimento, definidos a partir de critérios que, supostamente universais, são, de fato, eurocêntricos (MUDIMBE, 1988).

A criação, pelas políticas coloniais, da alteridade africana como um espaço vazio, povoado de corpos sem história, encontrou reflexo na ocupação do território desde início do século XX. Esta ocupação foi acompanhada de perto pela renomeação de territórios, e pela ocupação do espaço público com estátuas e monumentos que celebravam feitos e heróis metropolitanos (CARTER, 1987, p. 35). É assim que se assiste, em contextos africanos, a um processo acelerado de nomeação e renomeação de vilas, cidades, rios, montanhas e outros elementos territoriais.⁸ Associada à renomeação, um momento-chave da criação de um sentido de ordem que respondesse aos cânones modernos metropolitanos, aconteceu a apropriação epistémica do território. A importância deste processo está patente num dos discursos de Armindo Monteiro, então ministro português das colônias: “Portugal pode ser apenas uma nação que possui colônias ou pode ser um Império. Este será a realidade espiritual de que as colônias sejam a corporização” (MONTEIRO, 1933, p. 56).

Esta corporização foi analisada em detalhe por Edward Said:

O imperialismo foi a teoria, o colonialismo a prática que transformou os territórios inutilmente desocupados do mundo em novas versões úteis da sociedade metropolitana europeia. Tudo o que naqueles territórios sugerisse desperdício, desordem, recursos incontáveis, deveria ser convertido em produtividade, ordem, tributação, riqueza potencialmente desenvolvida. Livram-se da maior parte das pragas humana e animal ofensivas [...] e confina-se o resto a complexos, reservas indígenas, onde estes podem ser contados, taxados, usados lucrativamente, e constroem uma nova sociedade no lugar desocupado. Desta forma, a Europa foi sendo reconstituída no exterior, pela sua ‘multiplicação no espaço’, projetada e administrada com sucesso. O resultado foi um grupo bastante diverso de pequenas Europas espalhadas pela Ásia, África e Américas, cada uma refletindo as circunstâncias, os instrumentos específicos da cultura original, os seus pioneiros, os seus colonos de vanguarda. (SAID, 2000, p. 135)⁹.

Foi através da conquista, da ocupação e do apagamento das experiências do ‘resto’ do mundo que o Norte emergiu e se impôs como referência (SPIVAK, 1985; HALL, 1992). No

⁸ Um dos elementos deste processo inclui a mudança de nomes indígenas para torná-los mais fáceis de serem pronunciados em línguas europeias.

⁹ Minha tradução.

caso africano, a periferização do continente tem sido, sobretudo a partir da segunda metade do séc. XIX, construída como símbolo de um espaço ‘subdesenvolvido e atrasado’. Esta interpretação do continente assenta na premissa de uma fratura abissal que divide o mundo entre o Norte global e os Suis locais. Esta separação dicotômica – conhecimento (Europa) e ignorância (o resto do mundo) – é estrutural e historicamente inerente ao projeto da modernidade colonial (TROUILLOT, 2003, p. 39). Reclamar a humanidade passa pois, necessariamente, por uma crítica ao processo de construção epistêmica e ontológica dos espaços coloniais, como eixo estruturante de um reclamar de uma ‘moçambicanidade’ forjada na intersecção de várias referências culturais.

Lourenço Marques, a construção de um espaço colonial

Moçambique, que geopoliticamente resultou da violenta partilha do continente entre potências imperiais,¹⁰ conheceu múltiplos episódios de conquista e ocupação colonial durante o final do século XIX-inícios do século XX. Este ‘outro’ que agora chegava para ‘colonizar’ a África não admitia coexistir, no mesmo espaço-tempo, com a população africana. A hierarquização social é um traço característico do moderno pensamento colonial, com as populações africanas, pelas suas tradições culturais, descritas como bárbaras e inferiores, a ocupar os níveis subalternos da estrutura social e intelectual (MENESES, 2010). O espaço urbano colonial, em construção, delineou a linha abissal que se ia formando: por um lado, com o apropriar de espaços onde, até então, residiam por africanos, por agentes da colonização, sob a justificação de construção de uma nova sociedade para a população colona; por outro lado, pela segregação racial e econômica da ‘zona’ europeia das cidades.¹¹

Lourenço Marques, nos anos 60 do séc. XIX, era descrita como “uma reles aldeia de pretos” (NEVES, 1987: 106), um pequeno entreposto comercial desprovido de infraestruturas, conhecido pelos ares doentios e febres endêmicas de que sofriam os seus habitantes (ANDRADE, 1867). Rodeavam esta povoação, a curta distância, várias unidades políticas africanas autônomas, que ocupavam regiões mais altas e mais saudáveis e, por isso, cobiçadas

¹⁰ A partilha foi traçada essencialmente na conferência de Berlim (1884-1885), onde se estabeleceu o princípio de que as exigências sobre colônias se efetuavam não a partir das descobertas anteriores, mas sim a partir da prova da ocupação efetiva desses territórios (leia-se controle militar real). Sobre o tema, veja-se MENESES (2018).

¹¹ Veja-se, por exemplo, o **Regime provisório para a concessão de terrenos do Estado na Província de Moçambique**, aprovado por decreto de 9 de julho de 1909.

pelas potências coloniais, sobretudo britânicas e portuguesas. De referir que na altura, o espaço que hoje corresponde grosso modo à região sul-centro de Moçambique correspondia aos domínios do Estado de Gaza, uma referência política incontornável na região, que incorporou e submeteu várias chefaturas e reinos menores (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2000). A última capital de Gaza chegou a estar situada a algumas dezenas de quilómetros de Lourenço Marques, que foi sucessivamente promovida a vila em 1876, e a cidade, em 1887.

O Estado de Gaza, um estado independente, representava um obstáculo à afirmação da presença e do controle português na região, especialmente após a partilha de África. É neste contexto que, na década de 1890, tem lugar uma campanha militar liderada por tropas portuguesas na região sul de Moçambique.¹² Esta guerra de ocupação terminou com a derrota do exército de Gaza e a deposição forçada do seu líder, Ngungunyane¹³ (LIESEGANG, 1996). A prisão e o desterro de Ngungunyane para Portugal (Açores), em 1895, expõem várias interpretações desta derrota. Se para os militares portugueses a ‘vitória’ significou o fim da resistência no sul de Moçambique e a implantação da moderna autoridade colonial (ALBUQUERQUE, 1896; GOMES DA COSTA, 1899), para algumas entidades políticas africanas da região significava o fim dos desmandos e atos de violência praticados pelas forças de Gaza.¹⁴ Esta leitura divergente sobre o significado simbólico da campanha militar colonial de 1895, ao que se acrescenta um profundo desconhecimento, pela liderança político-administrativa portuguesa, da real situação sociopolítica na região, levou a que esta assumisse a derrota de Ngungunyane e o seu desterro como sinal inequívoco da pacificação final do território e o fim do Estado de Gaza. Esta posição foi várias vezes destacada pelo ‘herói’ português de Gaza, Mouzinho de Albuquerque, que liderou a campanha e deu pessoalmente ordem de prisão a Ngungunyane (ALBUQUERQUE, 1899, p. 65; ALBUQUERQUE, 1935, p. 17-18). Porém, controlar o território de Gaza, num momento de transição, trouxe consigo um enorme vazio político-institucional, gerador de inúmeros desmandos e episódios de violência, obrigando a administração colonial portuguesa a impor a lei marcial. Este ciclo de repressão ficou gravado nas memórias dos africanos que o viveram: “os portugueses começaram a oprimir. Matavam galinhas, cabritos etc. [...] Quando andavam pelas residências apoderavam-

¹² Esta campanha integrou um conjunto de ações militares de conquista, com vista à justificação da presença portuguesa ‘real’ na região, campanhas que se estenderam até inícios do século XX (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2000).

¹³ Também conhecido, na grafia da altura, nas fontes portuguesas, como Gungunhana.

¹⁴ Sobre este tema veja-se KHAMBANE e CLERC (1990); KHOSA (1990).

se das coisas dos outros.”¹⁵ Igualmente, as revoltas de chefes locais que procuraram se opor às ações de conquista por forças portuguesas foram violentamente reprimidas, com prisões, desterro e morte (LIESEGANG, 1996, p. 82). Quanto às populações, a violência passou ser o critério principal usado para as controlar e governar. Poucos anos volvidos após a derrota e consequente desterro de Ngungunyane, Gomes da Costa (1899, p. 45), então governador militar de Gaza, sublinhava a importância das memórias dos protagonistas da resistência à penetração portuguesa na tradição local, onde a celebração dos heróis de Gaza marcava o ritmo do tempo.

O crescimento de Lourenço Marques, após a derrota de Gaza e a prisão, morte e desterro das suas lideranças, adveio da sua situação privilegiada enquanto povoação dotada de um excelente porto que assegurava, através de uma linha-férrea, o escoamento dos bens das regiões interiores da África do Sul. A expansão econômica desta região, sobretudo após a descoberta de ouro e diamantes, levou a um crescimento econômico da região e terá sido um dos elementos que contribuiu para a transferência da capital da colônia para Lourenço Marques, em 1898. Segundo uma estimativa da época, o número de europeus e asiáticos na cidade, em 1893, cifrava-se em cerca de um milhão de almas. O distrito de Lourenço Marques era povoado por cerca de 200.000 pessoas, das quais só uma pequena parte estava já sob o domínio de Portugal (NORONHA, 1895, p. 5).

O desenvolvimento agressivo de Lourenço Marques como cidade colonial, espaço para acomodar os colonos europeus que chegavam, foi acompanhado pela construção de múltiplas infraestruturas, um processo a que correspondeu a ocupação crescente das áreas até então habitadas por africanos. Os primeiros projetos de ampliação da malha urbana de Lourenço Marques, de finais do séc. XIX, sugerem já o confinamento da população africana, indígena e também a de origem asiática¹⁶ a áreas pré-definidas, dando origem aos ‘subúrbios indígenas’, marca da segregação racial e exclusão social que marcaram a cidade moderna em crescimento. As fontes históricas da altura dão conta da desconsideração com a construção de infraestruturas para a população negra; o espaço ‘africano’ operava como contraponto à cidade de cimento, autonomizando-se como uma outra cidade – os subúrbios ou a ‘cidade de ‘caniço’, nome dado pelo tipo dominante de material utilizado na construção das habitações, em oposição ao

¹⁵ Entrevista realizada por Gerhard Liesegang a Ruben Ngomane, em 1978. Arquivo Histórico de Moçambique - Projeto de Recolha de Factos da História Oral, Fundo Gaza – Gz 025.

¹⁶ **Boletim Sanitário da Província de Moçambique**, de março de 1907. Arquivo Histórico Ultramarino, pasta 1528 DGU, 5ª Repartição, Moçambique.

utilizado na ‘cidade cimento’ (LOBATO, 1970). O núcleo europeu da cidade, ainda na década de 1920, era apresentada como possuindo “um cunho de civilização que impressiona [... uma] cidade higiénica, limpa e ampla, ajusta-se-lhe bem as designações com que os estrangeiros a apontam nas suas publicações de turismo: [...] um canto da Europa na África do Sul” (RUFINO, 1929, p. 4-5). E a alteração toponímica foi criando uma cidade cruzada por referências de feitos e personagens europeias, uma cartografia colonial que sublimava como a toponímia e os monumentos comunicavam o poder colonial (MENESES, 2013).

Renomear lugares, ocupando-os com monumentos a feitos e personagens exógenas foi uma das estratégias políticas da colonização, forçando os africanos a aceitar as referências, cultura e história do colonizador. E esta subalternização atuou, também, sobre outros grupos sociais, como os ‘indianos’, descritos de forma pejorativa como “praga de gafanhotos” (ENNES, 1971, p. 18). O moderno núcleo urbano de Lourenço Marques tem como referência o modelo da modernidade civilizada, europeia, fonte singular do progresso. Com a presença de instituições – hospital, tribunal, correios etc. – e usos de espaços estruturalmente semelhantes ao do território metropolitano, Lourenço Marques constitui-se como uma ‘pequena Europa’, marca da emergência de Moçambique como colônia de povoamento.

Em paralelo, as populações colonizadas iam sendo relegadas para as periferias da cidade, para os subúrbios insalubres, ou para o ‘espaço rural’, referência essencial da sua presença.¹⁷ A dicotomia cidade de cimento/cidade de caniço vai dando corpo à exclusão social do espaço traduzida a regulamentos que apoiavam a segregação urbana (PENVENNE, 2011). Como expresso num documento do início do séc. XX, “o que se pretende é mandar viver para fora da cidade os indígenas e os asiáticos que aqui habitam”.¹⁸ Esta realidade dual e hierarquizada vivida em Lourenço Marques espelha o aprofundar das linhas abissais que cruzavam a cidade.

As estátuas que conquistam espaços

Os topônimos, a designação de lugares e os elementos constitutivos da identidade dos espaços foram instrumentais à aplicação das políticas coloniais. Através do paradigma colonial – conjunto de axiomas, conceitos e discursos – Moçambique transformou-se num objeto de conhecimento para Portugal (MENESES, 2010; 2018), interpretando o território da agora

¹⁷ De acordo com o censo de 1912, a população da cidade branca era de cerca de 5.500 pessoas, enquanto que a dos subúrbios era mais que o dobro (**Boletim Oficial** n. 12, de 25 de março de 1913).

¹⁸ Ver nota 17.

colônia a partir de referenciais eurocêntricos. Em linha com a teorização avançada por Baudrillard (1994, p. 1), o projeto colonial da construção de Lourenço Marques desenvolveu-se a partir de um mapa mental de uma metrópole internacional que precedeu a construção física da cidade de cimento, onde a segregação territorial anunciava uma urbe de costas voltadas ao continente africano. Os mapas cognitivos sobre Moçambique, resultado do devaneio colonial, funcionavam como fonte de autoridade na luta pelo território. As representações do espaço – e a sua nomeação – insinuaram-se de tal forma nas experiências vividas pela população colona que eram vistas como desprovidas de qualquer carga negativa por muitos dos brancos que estavam em Moçambique à altura do golpe de estado do 25 de abril e do período de transição que se iniciou.

A conquista do Estado de Gaza e o aprisionamento de Ngungunyane, que teve ecos importantes na imprensa metropolitana portuguesa, deram grande destaque a Mouzinho de Albuquerque. Mouzinho de Albuquerque simbolizava, para os defensores da presença colonial em África, uma mão firme ao leme da ‘missão civilizadora’. O espírito colonial, defendido por Mouzinho de Albuquerque, não deixa dúvidas:

O que de melhor temos a fazer para educar e civilizar o indígena é desenvolver-lhe as suas aptidões de trabalho manual e aproveitá-lo para a exploração da colônia. É pelo trabalho manual, pelos hábitos de atividade regulamentada que ele traz como consequência, pelas necessidades que cria em contato com os brancos, que o indígena há-de ir passando por uma evolução lenta do estado selvagem para uma educação rudimentar, única de que, por agora, aquela raça me parece suscetível. (ALBUQUERQUE, 1899, p. 101).

Numa altura de conquista e subjugação de estruturas políticas no território que viria a constituir o atual Moçambique por Portugal, a ação militar de Mouzinho de Albuquerque concorreu para afirmar o sentido de império, sublimando a autoestima portuguesa. Na época, um jornal afirmou mesmo: “Quando Mouzinho fala, é obrigação de português escutá-lo”.¹⁹ Para os ideólogos do Estado Novo, Mouzinho de Albuquerque foi identificado com a heroicidade estruturante da missão civilizadora de Portugal em África (o ‘fardo do homem branco’), legitimando o projeto político de Portugal Império (NUNES, 1955). E a força deste culto é ainda hoje celebrada, entre outras formas, com referências toponímicas presentes em várias cidades e vilas de Portugal (WHEELER, 1980, p. 314).

¹⁹ Artigo publicado na Revista **Occidente**, na edição de 30 de abril de 1899.

No contexto de Moçambique, a edificação de uma estátua monumental em sua honra, numa das principais praças da cidade, marcou a exaltação do violento projeto colonial de transformação de um estado numa colônia. A partir de então, grupos, culturas, interpretações críticas de processos históricos, instituições africanas sofreram vários processos de degradação ontológica e epistêmica. A posição de Mouzinho de Albuquerque era inequívoca: “Para os negros, como para todos os povos primitivos, a autoridade é só uma, derivada da mesma fonte – a força” (1899, p. 175).

Fig. 1: Estátua de Mouzinho de Albuquerque na então Lourenço Marques, meados da década de 1960



Fonte: Arquivo Histórico de Moçambique.

A Figura 1 mostra a dimensão da praça, e a inclusão da estátua, rodeada por calçada portuguesa em que se leem os nomes dos lugares onde aconteceram as principais batalhas das campanhas militares em Moçambique em que Mouzinho de Albuquerque participou, memória perpetuada da subordinação de vários grupos e da apropriação do território. Esta praça, que levava o nome do ‘conquistador do Estado de Gaza’, um dos espaços centrais da cidade, ligava a parte da ‘Baixa’, onde se situavam muitos dos serviços e área de atividade comercial, à zona alta, espaço de expansão da cidade, integrando áreas residenciais. De acordo com Gerbert

Verheij (2013), as primeiras decisões sobre este monumento datam, provavelmente, da década de 1920, inserido como peça central da grande rotunda no meio da praça. O caráter monumental desta praça é confirmado pelo envolvimento nas suas margens, dos edifícios da Câmara Municipal e da Sé Catedral.

O monumento a Mouzinho de Albuquerque, inaugurado na década de 1940, era constituído por uma monumental estátua equestre do ‘herói de Gaza’, numa pose que comemorava a conquista do Estado de Gaza. No pedestal em que assentava a estátua, estavam inseridos painéis com baixos relevos em bronze, que representavam atos heroicos na conquista de Gaza.

Fig. 2: Um dos painéis laterais do monumento a Mouzinho de Albuquerque, retratando a prisão de Ngungunyane



Fonte: Painel atualmente guardado na Fortaleza de Maputo – fotografia pessoal.

A Figura 2 mostra a prisão de Ngungunyane pelas forças portuguesas, representada num dos painéis. Esta estátua é menos sobre Mouzinho de Albuquerque do que sobre como Portugal colonial ocupava este espaço. A Praça, identificando várias dimensões do encontro colonial, espelhava a violência. Em 1961, na sequência da anexação de Goa pela Índia, na calçada

portuguesa que formava os degraus que desciam da Câmara Municipal para o monumento, foi inscrita a mensagem “Aqui é Portugal” (ver Figura 3).

Fig. 3: Imagem da Praça Mouzinho de Albuquerque a partir das escadarias que afirmavam “Aqui é Portugal”



Fonte: Fotografia pessoal.

Em suma, um conjunto monumental que procurava afirmar o poder da metrópole imperial não só sobre a população africana, mas também contra outras colônias, combinando a revisão autolegitimadora do passado e a fixação de uma ideia mítica de Portugal Império, uno e indivisível para além do tempo.

A descolonização da história: quando se abatem as estátuas?

O golpe de estado de 25 de abril de 1974, em Portugal, desencadeado na sequência do recrudescimento das ações militares levadas a cabo por movimentos nacionalistas nas então colônias portuguesas em África (em Angola, na Guiné e em Moçambique), anunciou o fim na presença colonial. Lourenço Marques estava, em 1974, nas mãos do poder colonial, branco. A população branca, embora tenha sido sempre relativamente escassa, modelou a paisagem

simbólica colonial desta urbe.²⁰ O funcionamento da cidade de cimento dependia da participação de uma enorme mole de trabalhadores negros que habitavam nos bairros suburbanos do caniço (LAGE, 2018). Estes africanos, como referiu um administrador colonial, “não só vivem miseravelmente em barracas [...], como também pagam renda pelo espaço que ocupam nas terras que noutro tempo talvez tenham pertencido aos seus avós, mas que agora são possuídas a título legítimo por europeus.”²¹

Na cidade, durante o período que antecedeu a independência de Moçambique, a paisagem simbólica da capital conheceu um novo estágio de transição. Na vigência do governo de transição, liderado por um alto-comissário indigitado por Portugal, as estátuas foram removidas e a toponímia informalmente alterada, numa tentativa de descolonizar a paisagem urbana (MENESES, 2013). Este movimento cultural deu lugar à produção de uma nova topografia política da capital, anunciando uma nova paisagem em (re)construção.

Neste novo contexto, a descolonização traduziu-se num conceito que anunciava a possibilidade de sentidos mais amplos de mudança, para além da independência e a transferência de poderes aos africanos. Foi esta outra história, temporariamente silenciada, que as novas forças políticas que chegavam ao poder na sequência dos acordos de Lusaca,²² procuraram dar a conhecer. Questionado a propósito das alterações de toponímia, Amaral Matos, nacionalista moçambicano, afirmou:²³

A nossa história é parte de quem somos; qualquer pessoa conhece a sua história, as suas ligações familiares, as línguas que fala, a sua cultura, ligações religiosas. É isso que nos marca, nos dá identidade, nos liga como moçambicanos. A mudança dos nomes foi parte do processo de descolonização, da mudança da história. [...] Mudar a situação colonial passou por dar a conhecer a nossa história, as nossas raízes, o nosso ponto de encontro.

Com efeito, a luta pela independência integrava vários sonhos, incluindo o direito à história e a ocupar e viver a cidade. As alterações da toponímia e a desmonumentalização dos projetos históricos coloniais eram um sinal profundo do retorno dos ‘damnés de la terre’, dos

²⁰ Dados de 1970 indicam que a população do distrito de Lourenço Marques totalizava cerca de 378.000 habitantes, dos quais 21% eram brancos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1973).

²¹ Relatório Anual Referente ao Ano 1946, do Administrador Adelino José Macedo da Administração do Conselho de Lourenço Marques à Secretaria Geral da Colónia de Moçambique, de 12 de novembro de 1947 (**Arquivo Histórico de Moçambique, Fundo ACLM**).

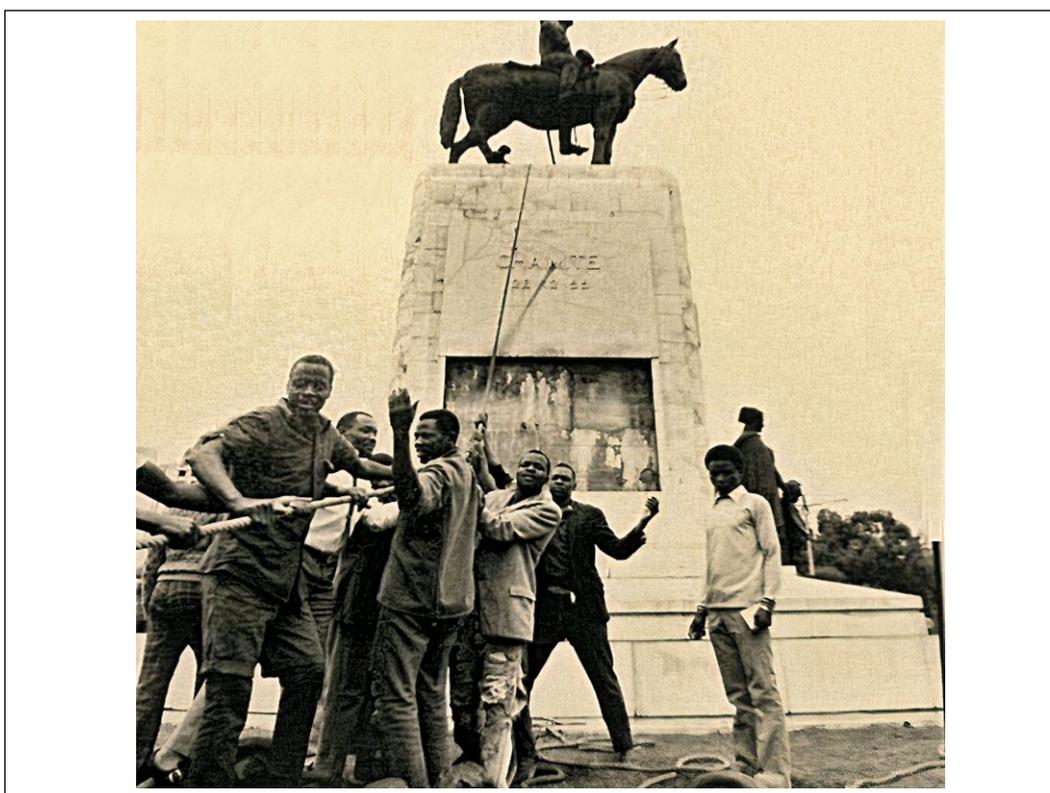
²² Acordos que estabeleceram as condições para a independência de Moçambique, assinados entre o governo português e a FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, a 7 de setembro, em Lusaca, na Zâmbia.

²³ Entrevista realizada em junho de 1990, em Maputo.

antigos sujeitos colonizados.²⁴ Anunciavam reocupação de um território que lhes tinha sido retirado mais de sete décadas antes. E sinalizavam também uma profunda mudança epistêmica em preparação: a constituição da identidade africana de Moçambique, para além da violência da expropriação e da humilhação. Mas o passado devia ser esquecido. Como estipulava a decisão tomada sobre os monumentos coloniais, estes deveriam ser “conservados no nosso país para, em museus, constituírem futuros elementos de estudo do nosso passado histórico”,²⁵ como veio, de fato, a acontecer em várias situações.

A reocupação do espaço passava pela remoção de símbolos que “representam valores de uma época que a história ultrapassou.”²⁶ do que é exemplo a remoção da estátua de Mouzinho de Albuquerque, em maio de 1975 (Figura 4).

Fig. 4: Remoção do monumento de Mouzinho de Albuquerque, em maio de 1975



Fonte: Fotografia do Arquivo da Revista **Tempo**.

²⁴ “Última hora – começou às primeiras horas desta madrugada a remoção dos monumentos coloniais existentes em Moçambique”, **Notícias**, de 9 de maio de 1975, p. 1.

²⁵ “Conservação em museus de monumentos coloniais”, **Notícias**, de 5 de maio de 1975, p. 1.

²⁶ *Ibidem*.

A remoção dos monumentos ao colonialismo teve o efeito de desestabilizar radicalmente quaisquer significados que eles tivessem incorporado nos encontros com vários públicos que os haviam visto ainda nos contextos originais. Neste sentido, o processo de remoção de estátuas aprofundou o distanciamento do país em relação à história da antiga metrópole, parte da luta pela restituição da história, pela ligação a um passado que a intervenção colonial tinha interrompido, como Samora Machel, líder do principal movimento nacionalista moçambicano, sublinhou num discurso proferido na altura:

Ao longo [da luta contra a presença colonial portuguesa em Moçambique] provamos que não há colonialismo humano e muito menos democrático. A presença de colonialismo, de qualquer colonialismo, significa crime. As tarefas essenciais do colonialismo foram a liquidação dos nativos, fisicamente, mentalmente. [...] Quando começamos a luta armada, é porque não havia outra via [...]. E o mundo dividiu-se. O mundo ‘civilizado’, o chamado mundo livre, o ocidente, apoiou o colonialismo. [...] O outro mundo, a zona livre da humanidade, a zona libertada, onde o poder pertence às massas, imediatamente foi para o lado do povo moçambicano ²⁷

A remoção do monumento colonial a Mouzinho de Albuquerque da paisagem urbana ilustra o poder da nova elite governativa no controle do que devia ser esquecido e do que era para ser lembrado na paisagem nacional. Estas remoções ajudaram a criar espaço para a escrita de novas narrativas pós-coloniais, através da construção de novos monumentos na cidade após a independência.

A praça, renomeada Praça da Independência, celebra o momento de emancipação política enquanto afirmação da autodeterminação de um povo. Em 2011, quando se cumpriram 25 anos sob a morte ainda pouco explicada de Samora Machel, foi inaugurada nesta praça uma estátua que o honra, celebrando o local onde tomou posse o primeiro governo que liderou. A estátua, feita na Coreia do Norte, assinala também outras ligações históricas, para além do mundo que o ‘português criou’.

No contexto de Maputo, a maioria dos monumentos removidos repousa agora na Fortaleza da cidade, como memória de um passado que as gerações atuais parecem ter esquecido. Porém, não há como recuperar os elementos que constituíam a capital do Estado de Gaza, destruída pelas forças portuguesas, uma destruição desnecessária, mas intencional, para submeter a sua população ao regime político colonial. O próprio Ngungunyane, que faleceu no desterro, ‘regressou a casa’ quase cem anos depois, a pedido do governo de Moçambique. Após

²⁷ Jornal **Notícias**, edição de 4 de junho de 1975, p. 3.

complexas pesquisas históricas e escavações arqueológicas, e na sequência de várias peripécias burocráticas, em 1995, os restos mortais de Ngungunyane viajaram simbolicamente para Moçambique, onde repousam numa urna em madeira, decorada por artistas nacionais, que está conservada na Fortaleza de Maputo.

A retirada das estátuas coloniais e a sua preservação na Fortaleza em Maputo foi um dos muitos sinais do fim de uma era que glorificava a conquista colonial. Renomear e desmonumentalizar lugares é um elemento fundamental dos processos ideológicos envolvidos na formação das “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 1983). A moçambicanidade, elemento chave do projeto nacional, consolidou-se como categoria dotada de características intemporais. Porém, a representação da moçambicanidade, como socialmente construída, tem conhecido alterações fruto das mudanças das relações de poder entre o ser e o saber, reificação das lutas políticas pela (re)definição de uma identidade para além da representação colonial.

Ngungunyane descansa na Fortaleza na companhia de várias estátuas de ‘heróis coloniais’, entre as quais a estátua de Mouzinho de Albuquerque, e dos baixos relevos com que o poder colonial glorificou as campanhas militares de Gaza. Compreender as remoções de monumentos coloniais enquanto marcas de violência, é essencial à compreensão da história do colonialismo. Os trabalhos académicos sobre a descolonização têm-se, em muitos casos, concentrado nas consequências do colonialismo ultramarino europeu sobre as expressões sociais, políticas e culturais contemporâneas. Porém, como as especificidades de cada contexto colonial foram diferentes (LOOMBA, 2002, p. xiii), também o foram as opções pela descolonização. Ocupar o espaço público é uma enorme responsabilidade que deve ser realizada por todos e todas que usam esse espaço. Se as primeiras décadas após a independência moçambicana conheceram uma certa ‘limpeza’ da esfera pública, da memória pública inscrita nos lugares, este encontro, de novo, entre Ngungunyane e Mouzinho de Albuquerque suscita muitas questões. Com efeito, esta coabitação constitui uma tentativa desesperançada de integrar dois mundos que estiveram e continuam em conflito: o dos colonizadores e o dos colonizados. E a coabitação de forma acrítica, como ocorre agora, parece ser motivada por um desejo oficial de repensar a história como parte de um processo de repensar a cultura e as suas heranças. As observações iniciais sugerem que a reabilitação, por parte do Estado moçambicano, de memórias públicas, é problemática no caso das histórias coloniais. Este exemplo também ilustra a natureza transitória da paisagem simbólica urbana pós-colonial. Com efeito, a Fortaleza de Maputo, um espaço que condensa representações conflituais do passado colonial, mostra como

os monumentos simbólicos são alvo de negociações contínuas, marcadores de passados difíceis que não podem ser facilmente apagados da memória. As decisões sobre as memórias materializadas na Fortaleza de Maputo espelham uma relação complexa e irônica sobre a memória política, sobre as suas contradições e complexidades. E mostram como a luta contra o esquecimento em relação ao recente passado colonial, uma experiência violenta, dolorosa, é uma opção importante e presente.

Os vestígios que preservamos do passado revelam muito sobre nós, sobre as nossas escolhas e sobre os legados que queremos deixar às gerações futuras. No contexto moçambicano, a reparação da violenta suspensão de narrativas históricas experienciadas tem procurado gradualmente reparar o mal causado pela relação colonial, processo que tem vindo a ocorrer, em Maputo, através da mudança de estruturas, nos espaços, nas dinâmicas sociais, no vocabulário e escolhas toponímicas, valorizando, como alavanca auto-definidora, figuras da resistência enquanto personagens históricas que revigoram o orgulho e a estima perdidos. Neste sentido, a reapropriação da história foi um dos passos importantes da caminhada pela construção da ‘moçambicanidade’, no cerne da qual estava a ideia da dignidade, do saber ser, estar e pertencer a um projeto político de raiz africana. Desafiando uma visão que recorre à descolonização como um termo prescritivo, uma fase na maré teleológica da história, este artigo percorre o processo de mudança da toponímia e da desmonumentalização em Maputo, no período que antecedeu de imediato a independência para, de forma mais ampla, questionar os processos de ‘descolonização’ mental em Moçambique, condição para reconhecer a nossa humanidade comum.

Se as imagens que acompanham o derrubar de símbolos de um passado opressor sugerem ser uma tarefa relativamente fácil, a descolonização mental e o fim da macro-narrativa histórica que consagra a centralidade do projeto civilizador eurocêntrico e o ‘fim da história’ permanecem por concretizar. Este é o desafio que se coloca quer a países que se tornaram independentes, quer em muitos países que, enquanto antigas ou ainda potências coloniais, recusam abrir a história e questioná-la, também, a partir das narrativas dos oprimidos e violentados pela agressão colonial. Neste sentido, a leitura das transições políticas em Moçambique deve ser lida como um processo dinâmico que passa, também, pela libertação do poder de contar a própria história, a partir das experiências e referências das múltiplas lutas que compõem o país. Que esta história crítica tenha eco e ajude a alavancar outras lutas semelhantes, noutros contextos do Sul global.

Referências

- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de. **A Prisão do Gungunhana**. Lourenço Marques: Typographia Nacional de Sampaio e Carvalho, 1896.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de. **Moçambique 1896-1898**. Lisboa: Manoel Gomes Editor, 1899.
- ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de. **Livro das Campanhas, 2**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**. Reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.
- ANDRADE, Onofre Lourenço de. **Presídio de Lourenço Marques no período de 24 de novembro a 1 de abril de 1865**. Lisboa: Typographia Rua do Bemformoso, 1867.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacra and Simulation**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- CARTER, Paul. **The Road to Botany Bay**. An Essay in Spatial History. London: Faber and Faber, 1987.
- CASTELA, Tiago; MENESES, Maria Paula. Naming the Urban in Twentieth-Century Mozambique: towards spatial histories of aspiration and violence. In: SILVA, Carlos Nunes (Org.). **Urban Planning in Lusophone African Countries**. London: Routledge, 2015, p. 215-223.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA. **História de Moçambique**. Maputo, Imprensa Universitária, v. 1, 2000.
- EKEH, Peter P. Colonialism and the Two Publics in Africa: A Theoretical Statement, **Comparative Studies in Society and History**, v. 17, n. 1, p. 91-112, jan. 1975.
- ENNES, António. **Moçambique**. Relatório apresentado ao governo. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971 [1893].
- GOMES DA COSTA, Capitão Manuel. **Gaza, 1897-1898**. Lisboa: Manuel Gomes Editor, 1899.
- GROVIER, Kelly. Black Lives Matter protests: Why are statues so powerful? **BBC**, 12 jun. 2020. Disponível em: www.bbc.com/culture/article/20200612-black-lives-matter-protests-why-are-statues-so-powerful. Acesso em: 5 jan. 2021.
- HALL, Stuart. The West and the Rest: Discourse and Power. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram (Org.). **Formations of Modernity**. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 275-331.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV recenseamento geral da população 1970**. V. 1, Distrito de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Direcção dos Serviços de Estatística de Moçambique, 1973.
- LAGE, Jéssica. Influências no Processo de Formação do Tecido Urbano nos Bairros Pericentrais de Maputo: o caso de Chamanculo C, Maxaquene A e Polana Caniço A, **Revista de Morfologia Urbana**, Porto, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <http://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/105>. Acesso em: 3 dez. 2020.

- KHAMBANE, Chitlango; CLERC, André Daniel. **Chitlango, filho de chefe**. Maputo: Cadernos Tempo, 1990.
- KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Ualalapi**. Lisboa: Caminho, 1990.
- LARSEN, Laragh. Re-placing Imperial Landscapes: colonial monuments and the transition to independence in Kenya, **Journal of Historical Geography**, v. 38, p. 45-56, 2012.
- LIESEGANG, Gerhard. **Ngungunyane**: A figura de Ngungunyane Nqumayo, Rei de Gaza 1884-1895 e o desaparecimento do seu Estado. Maputo: Colecção Embondeiro, ARPAC, 1996.
- LOBATO, Alexandre. **Luís Marques, Xilunguine**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- LOOMBA, Ania. **Colonialism/Postcolonialism**. London: Routledge, 2002.
- MENESES, Maria Paula. O ‘Indígena’ Africano e o Colono ‘Europeu’: a construção da diferença por processos legais, **E-cadernos CES**, Coimbra, v. 7, p. 68-93, 2010. Disponível em: www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/04%20-%20Paula%20Meneses%2023_06.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MENESES, Maria Paula. Só revendo o passado conheceremos o presente? Alguns dilemas das descolonizações internas em Moçambique. **Debates**, Coimbra, v. 13, p. 56-66, 2013. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_xiii.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MENESES, Maria Paula. como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. especial, novembro de 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7741>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- MONTEIRO, Armindo. **Para uma Política Imperial**. Alguns Discursos do Ministro das Colónias Doutor Armindo Monteiro. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1933.
- MUDIMBE, Valentin Y. **The Invention of Africa**: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Bloomington, IN: University of Indiana Press, 1988.
- NDLETYANA, Mcebisi; WEBB, Denver A. Social Divisions Carved in Stone or Cenotaphs to a New Identity? Policy for memorials, monuments and statues in a democratic South Africa, **International Journal of Heritage Studies**, v. 23, n. 2, outubro de 2017.
- NEVES, Dioclesiano Fernandes. **Das Terras do Império Vátua às Praças da República Bóer**, editado por Ilídio Rocha. Lisboa: D. Quixote, 1987 [1878].
- NORONHA, Eduardo de. **O Distrito de Lourenço Marques e a África do Sul**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.
- NUNES, José Lúcio de Sousa Gonçalves. **Mouzinho de Albuquerque, Herói de África**: Achegas para uma Biografia Completa. Lisboa: Álvaro Pinto, 1955.
- NYAMNJOH, Francis B. **#RhodesMustFall**. Nibbling at Resilient Colonialism in South Africa. Mankon, Bamenda: Langaa RPCIG, 2016.
- PENVENNE, Jeanne M. Two Tales of a City – Lourenço Marques, 1945-1975, **Portuguese Studies Review**, v. 19, n. 1-2, p. 249-269, 2011.
- RUFINO, José dos Santos. **Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique**, v. 1, Lourenço Marques – Panoramas da Cidade. Hamburg: Broschek & Co, 1929.

SAID, Edward. **The Edward Said Reader**. New York: Vintage Books, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologies of the South and the Future, **From the European South**, Padua, n. 1, junho de 2016. Disponível em: <http://europeansouth.postcolonialitalia.it/journal/2016-1/3.2016-1.Santos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introducción – Las Epistemologías del Sur: dar voz a la diversidad del Sur. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Conocimientos Nacidos en las Luchas**: construyendo las Epistemologías del Sur. Madrid: Akal, 2020, p. 9-47.

SNODIA, Magudu; TASARA, Muguti; NICHOLAS, Mutami. Political dialoguing through the naming process: The case of colonial Zimbabwe (1890-1980), **Journal of Pan African Studies**, v. 3, n. 10, setembro de 2010. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/rihajournal/article/view/69808>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Subaltern Studies: Deconstructing Historiography. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (Org.). **Selected Subaltern Studies**. Oxford: Oxford University Press, 1985. p. 3-32.

THIONG’O, Ngugi wa. **Decolonizing the Mind**. The Struggle for Cultural Freedoms. London: James Currey, 1993.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Global Transformations**: Anthropology and the Modern World. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

VERHEIJ, Gerbert. Art and politics in the former “Portuguese Colonial Empire”. The monument to Mouzinho de Albuquerque in Lourenço Marques, **Journal of the International Association of Research Institutes in the History of Art**, Munique, v. 2013, janeiro de 2013. Disponível em: <https://journals.ub.uni-heidelberg.de/index.php/rihajournal/article/view/69808>. Acesso em: 11 ago. 2020.

WHEELER, Douglas L. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo, Lisboa, **Análise Social**, v. 16, n. 61-62, p. 295-318, 1980.

Recebido em 13 de fevereiro de 2021 | Aceito em 06 de abril de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional